

# Eleições 2026: estratégias e narrativas em jogo



» **FABIANO GARRIDO**  
Sociólogo, doutor em economia e diretor executivo do Instituto Democracia em Xequê

A disputa política nas redes sociais ao longo das últimas semanas revela, com nitidez, como esquerda e extrema-direita vêm organizando suas estratégias narrativas no contexto atual de pré-campanha. Mais do que a circulação de temas, o que está em jogo é a capacidade de enquadramento — isto é, de definir não apenas sobre o que se fala, mas como se interpreta a realidade e se distribuem responsabilidades.

O eixo econômico se consolidou como organizador central do debate digital recente, ainda que apropriado de formas distintas pelos campos em disputa. Eventos externos, como a Guerra do Irã e a consequente alta dos combustíveis, funcionam como gatilhos exógenos. No entanto, são rapidamente internalizados como elementos de conflito doméstico. A esquerda tende a enquadrá-los como choques internacionais, defendendo respostas governamentais ativas, sobretudo no controle da inflação e na proteção do poder de compra sob o governo Lula. Já a extrema-direita mobiliza uma estratégia recorrente de nacionalização da culpa, conectando diretamente o aumento do custo de vida, o endividamento das famílias e a carga tributária ao governo federal. Trata-se de uma disputa dentro de

um mesmo campo semântico — a economia cotidiana —, mas com atribuições causais opostas.

Paralelamente, observa-se um esforço consistente da esquerda em sustentar uma agenda positiva combinada com contraste retrospectivo. A mobilização de temas como o fim da escala 6X1 e a soberania sobre terras raras indica uma tentativa de ancorar o debate em políticas públicas concretas, em contraposição ao que foi o governo Bolsonaro. Esse movimento busca evitar que a comunicação se torne exclusivamente reativa. Ao mesmo tempo, os ataques a Flávio Bolsonaro seguem uma lógica de deslegitimação moral e jurídica, funcionando como complemento potente — mas não substituto — da disputa programática.

Do outro lado, a extrema-direita busca coesionar sua narrativa a partir de um diagnóstico de erosão institucional e corrupção sistêmica. A vinculação entre o governo Lula, o Banco Master e o ministro do STF Alexandre de Moraes sugere a construção de um “ecossistema de suspeição”, no qual diferentes instituições são conectadas sob um mesmo enquadramento de crise. Esse tipo de narrativa amplia o alcance do ataque político: não se trata apenas de questionar o Executivo, mas de tensionar o arranjo institucional como um todo. Não por acaso, esse enquadramento tem servido de base para campanhas ao Senado que se estruturam em torno da defesa do impeachment de ministros do Supremo.

Há, nesse movimento, uma tentativa de retomada da agenda “antissistema” por parte da extrema-direita, inclusive como resposta à estratégia do governo Lula e da esquerda de enquadrá-los como defensoras de privilégios — contrária

ao fim da escala 6X1 e alinhada aos interesses de bets, bancos e bilionários — e enquanto força antipatriótica auxiliar dos interesses dos Estados Unidos no Brasil, favoráveis a taxação das exportações brasileiras. Mais recentemente, como visto no discurso de Flávio Bolsonaro na Cepac, surge a narrativa da oferta de terras raras como moeda de troca para o apoio de Trump a sua candidatura à Presidência.

Diante da limitação por não ocupar o Executivo — e, portanto, não dispor de instrumentos diretos de intervenção econômica, como ocorreu no governo Bolsonaro —, resta a esses atores a construção de narrativas centradas no pânico econômico e na ideia de corrupção sistêmica. Enquanto o governo Lula e a esquerda atuam na comparação com o governo anterior, na visibilidade de suas políticas e na desconstrução do opositor.

Nesse contexto, a disputa nesta pré-campanha se dá não apenas no plano das propostas, mas, sobretudo, na capacidade de moldar percepções sobre a origem e a natureza das crises relacionadas ao ambiente econômico e ou institucional. Sendo que as redes sociais, agora incrementadas pelo uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) na produção e disseminação de conteúdos e narrativas, serão novamente um palco decisivo.

Em um ambiente marcado por narrativas polarizadoras, pela fragmentação do debate público e pelo uso intensivo de novas tecnologias, a fronteira entre interpretação e fato se torna cada vez mais difusa. Corremos o risco de ver vencer nas urnas em 2026 não quem tiver as melhores propostas, mas quem conseguir impor, com mais eficácia, sua própria versão da realidade.



## Brasília na rota 66 e a falta de um parabéns pra você



» **SILVESTRE GORGULHO**  
Jornalista. Foi secretário de Estado de Comunicação e secretário de Estado da Cultura de Brasília

Há 70 anos, em 18 de abril de 1956, Brasília começou a vencer a burocracia para sair do papel e entrar na fase do concreto, com a Mensagem de Anápolis.

Em 21 de abril de 1960, a capital era inaugurada com pompa e circunstância pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Lá se vão 66 anos. Nos 65 aniversários anteriores, os brasilienses assistiram a comemorações variadas: algumas simples, mas eufóricas. Outras apoteóticas. Todas sempre regadas a danças e festanças. Mas, nunca, o aniversário de Brasília foi comemorado com tanta displicência, apatia e baixo astral, como agora. A festa dos 66 anos de Brasília ficou restringida à bela edição do irmão gêmeo de Brasília, o **Correio Braziliense**, inclusive com a tradicional e empolgante Maratona.

Parece que Brasília está em depressão. Lembro-me que, em 21 de abril de 2010, no cinquentenário da cidade, depois da capital ter passado pela crise de ter quatro governadores, a Câmara Legislativa elegeu, indiretamente, dois dias antes, um novo ocupante do Buriti. Mesmo com tantas cicatrizes, a cidade lavou a alma com uma “Festa dos 50 Anos”, que levou mais de um milhão de pessoas à Esplanada dos Ministérios.

Não havia nem um político no palco. A festa foi totalmente paga pela iniciativa privada com apoio logístico da Secretaria de Cultura. Deram às mãos Sinduscon, Associação Comercial, Ademi, Asbraco e Fecomércio. Brasília cantou e dançou

com Daniela Mercury — que foi âncora de um show histórico na Esplanada, onde se apresentaram com ela nada menos de 39 artistas da cidade.

À meia-noite, uma grande surpresa estava guardada a sete chaves. Apenas cinco pessoas sabiam. Além da Daniela Mercury, eu, como secretário de Cultura, e mais duas pessoas de minha equipe. E, também, o próprio gênio da MPB que iria se apresentar, cantando apenas uma canção.

Apagaram-se as luzes. Estava anunciado o início da queima de fogos. Antes, um canhão de luz focou diretamente o palco e uma voz límpida e forte, a capela, ecoou pela escuridão. Aos poucos, sob o holofote, surge Milton Nascimento: “Como pode o peixe-vivo / viver fora da água fria? Como poderei viver sem a tua, sem a tua companhia...”.

Foi uma apoteose! A voz de Milton Nascimento reverberou pelos quatro cantos do Brasil. Sim, a TV Globo transmitiu tudo ao vivo. Um misto de euforia e de emoção tomou conta da multidão.

Na segunda estrofe, entra Daniela Mercury que faz dueto com Milton. Aos poucos, começam a entrar cada um dos 39 artistas brasilienses que tinham se apresentado.

E a Esplanada, num coral de um milhão de vozes, sacudiu o Cerrado: “Como pode o peixe-vivo / viver fora da água fria? Como poderei viver sem a tua, sem a tua companhia...”.

Vi muita gente chorando. A energia de tantos candangos celebrando os 50 anos de Brasília contagiou a cidade e ajudou a levantar o astral de um tempo triste e sombrio que a cidade vivia.

Agora, nos 66 anos da capital, faltou ao atual governo sensibilidade e criatividade para tirar Brasília de uma depressão em que a cidade está mergulhada.

Para não dizer que falei apenas dos 50 anos da cidade, vou lembrar a comemoração de quando Brasília fez um ano, em 21 de abril de 1961. O presidente da República era Jânio Quadros. Ele estava de costas para a cidade. Falava até em voltar a

capital para o Rio de Janeiro. O prefeito, Paulo de Tarso, assoberbado com finalizações de infraestrutura e questões administrativas, nem pensou no assunto.

Na semana anterior, o então secretário da Cultura (na época presidente da Fundação Cultural), o poeta maior José Ribamar Ferreira ou, simplesmente, Ferreira Gullar, organizou as comemorações do primeiro aniversário. Evidentemente, com todas as dificuldades de uma cidade ainda na placenta da História. O que ficou da festa — além de um singelo coquetel no gabinete do prefeito Paulo de Tarso, foi a poesia que nasceu da pena de Ferreira Gullar.

A verdade é que, com seus pouco mais de 100 mil habitantes (hoje são mais 3 milhões), Brasília teve mais poesia do que festança. Sem nenhum tipo de condução e sem nenhum apoio logístico para celebrar o Ano 1 da nova capital, Ferreira Gullar buscou solução no Exército Nacional. Marcou audiência.

Um major o recebeu educadamente. Depois de muita conversa, o oficial se saiu com essa:

— Dr. Gullar, tudo bem, mas o problema é viatura e gasolina.

— Eu sei, mas qual a solução?

— Dr. Gullar, não tem solução!

Sem solução, sem apoio, com bastante poeira e muita inspiração, Ferreira Gullar aproveitou o vinho comemorativo no final de tarde do dia 21, na sala do prefeito Paulo de Tarso, sacou do bolso um poema em forma de embolada e discursou aos convivas: “Não adianta, seu prefeito, abrir estrada. / Não adianta carnaval na Esplanada. / Não adianta Catedral de perna fina / Não adianta rebolado de menina / Que o problema é viatura e gasolina.

Todo mundo riu muito, mas ninguém perdeu o ritmo: “O problema é viatura e gasolina”. Bons tempos aqueles, quando o astral era altíssimo e o problema era só viatura e gasolina.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // [circecunha@adabr.com.br](mailto:circecunha@adabr.com.br)



## PNE e a educação sem rumo

Ao estabelecer metas para uma década inteira, o Plano Nacional de Educação (PNE) não é apenas um documento administrativo, é um compromisso com o futuro de milhões de estudantes. Por isso, exige rigor técnico, clareza de objetivos e alinhamento com práticas que já demonstraram resultados em outros contextos. O que se observa, contudo, segundo críticos do modelo recentemente apresentado, é um desalinhamento preocupante com tendências internacionais consolidadas. Países que avançaram significativamente em educação, como Finlândia, Coreia do Sul, Canadá e Estônia, seguiram caminhos relativamente convergentes: simplificação curricular, foco em conteúdos essenciais, avaliação constante de desempenho e forte responsabilização de gestores e sistemas.

Nesses sistemas, a lógica é direta. Define-se o que é essencial aprender, organiza-se o currículo de forma sequencial e cumulativa, mede-se o resultado com instrumentos comparáveis e, a partir daí, ajustam-se políticas e práticas. Não há espaço para ambiguidade excessiva ou metas difusas. A educação é tratada como política de Estado baseada em evidências, não como campo de experimentação ideológica. Outro ponto central é a valorização da gestão escolar. Diretores e equipes pedagógicas assumem papel decisivo, com autonomia para implementar estratégias, mas também com responsabilidade clara pelos resultados. O desempenho não é abstrato: ele é medido, acompanhado e, quando necessário, corrigido. Além disso, políticas bem-sucedidas costumam incorporar mecanismos de incentivo. Escolas que apresentam bons resultados recebem reconhecimento e apoio para expandir práticas eficazes. Ao mesmo tempo, instituições com desempenho insatisfatório são alvo de intervenções estruturadas, com suporte técnico e metas claras de melhoria.

Esse ciclo — medir, avaliar, corrigir — constitui a base de sistemas educacionais que evoluem de forma consistente. Ele exige transparência, compromisso com dados e disposição para reconhecer falhas. Diante desse panorama, a crítica ao novo PNE se concentra justamente na ausência ou na fragilidade desses elementos. A percepção de que o plano carece de foco, apresenta metas genéricas e não estabelece mecanismos robustos de avaliação e responsabilização levanta dúvidas sobre sua eficácia prática. Outro aspecto apontado é a possível politização das diretrizes. Quando políticas educacionais passam a refletir mais disputas ideológicas do que evidências pedagógicas, o risco é desviar o foco do que realmente importa: o aprendizado dos alunos.

No Brasil, histórico de mudanças frequentes e descontinuidade de programas já comprometeu avanços em diferentes momentos. Cada novo plano que ignora experiências anteriores ou desconsidera evidências internacionais contribui para a perpetuação de um ciclo de baixa efetividade. Também chama atenção a questão da descentralização. Sistemas educacionais mais eficientes tendem a combinar diretrizes nacionais com autonomia local. Estados e municípios, mais próximos da realidade das escolas, têm maior capacidade de adaptar políticas às suas necessidades específicas. Quando essa autonomia é limitada ou mal estruturada, perde-se flexibilidade e capacidade de resposta.

Outro ponto crítico é a formação de professores. Nenhum plano educacional terá sucesso sem investir de forma consistente na qualificação docente. Países que avançaram nessa área priorizaram seleção rigorosa, formação contínua e valorização profissional. Sem isso, qualquer diretriz curricular tende a permanecer no papel.

Editorialmente, o debate sobre o PNE não deve ser reduzido a disputas partidárias. Trata-se de uma questão estrutural, que exige compromisso com resultados e disposição para aprender com experiências bem-sucedidas, tanto internas quanto externas. A crítica à falta de foco e à possível ideologização não é, portanto, um exercício retórico, mas um alerta sobre riscos concretos. Um plano educacional que não define prioridades claras, não estabelece métricas consistentes e não responsabiliza seus agentes tende a produzir resultados igualmente difusos.

O país enfrenta desafios significativos na educação básica, com indicadores que, apesar de avanços pontuais, ainda revelam desigualdades profundas e desempenho aquém do desejável em avaliações internacionais. Diante desse cenário, a margem para erro é limitada. Se há um consenso entre especialistas, é o de que a educação exige seriedade, continuidade e base técnica sólida. Planos amplos, porém pouco precisos, podem até gerar expectativas, mas dificilmente entregam resultados concretos.

O futuro da educação brasileira não será definido por discursos, mas pela capacidade de implementar políticas eficazes, monitorar seus efeitos e corrigir rumos quando necessário. Qualquer plano que se afaste dessa lógica corre o risco de se tornar mais um documento formal extenso, ambicioso e, no fim, pouco transformador. E, nesse campo, o custo da ineficácia não é apenas administrativo. Ele recai diretamente sobre milhões de estudantes que dependem da escola pública como principal instrumento de mobilidade social. Ignorar isso é comprometer não apenas uma política, mas o próprio futuro do país.

### A frase que foi pronunciada:

“A parceria tem a missão de contribuir para qualificar o debate público a partir de análises, dados, evidências e reflexões sobre a importância de um PNE robusto, exequível e orientado pela garantia do direito à aprendizagem.”

Priscila Cruz

### História de Brasília

Está marcado para amanhã o julgamento mais sensacional do Tribunal do Juri de Brasília. Será julgado o delegado João Pelles. (Publicada em 17/5/1962)